

Desafio da Autonomia Financeira no DF

Distrito Federal, 5 de maio de 1998

DF-economia

SUPLEMENTO ESPECIAL

Não pode ser vendido separadamente

Em busca de independência financeira

Turismo, alta tecnologia e melhor cobrança de impostos são apostas do GDF para aumentar receitas próprias e diminuir a dependência

Rogério de la Fuente
de Brasília

Metade do Orçamento do Distrito Federal é composto por repasses da União, alguns deles constitucionalmente obrigatórios, como os da área de segurança pública, mas a maior parte cumpre apenas uma tradição existente desde a fundação da cidade. Diminuir a dependência do Governo Federal é um esforço empreendido pelo Governo do Distrito Federal (GDF), que combina a intensificação da arrecadação tributária, com a atração de investimentos e desenvolvimento de projetos sócio-econômicos.

"Repasses da União sempre teremos, pela característica de capital do DF, mas para minimizar o problema da dependência financeira do Governo Federal, o ideal é a criação de um fundo", afirma o secretário de Fazenda e Planejamento do DF, Mário Tinoco da Silva. A proposta dele é que o fundo acompanhe a arrecadação do Governo Federal, sendo composto por percentuais do Imposto de Renda ou Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O secretário de Fazenda afirma também que a arrecadação própria do DF tem crescido nos últimos três anos. "Em 1995 os repasses da União representavam 2/3 da receita do DF. Com nosso trabalho de arrecadação, hoje elas são metade da receita que dispomos", declara Tinoco.



Dos cinco projetos estruturantes da economia do GDF, dois não foram empreendidos: o Complexo do Porto Seco, que fica na região de Santa Maria e o Centro Internacional de Negócios e Eventos de Brasília, localizado entre o Balão do Torto e o final da Asa Norte.

De acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), proporcionalmente, o Distrito Federal está entre as unidades da federação que mais recebem recursos do Governo Federal. "Um dos motivos para que o DF apresente a maior renda per capita do país é a consolidação de Brasília como Capital Federal a partir dos anos 80. É legítimo que, como capital, o DF tenha um tratamento diferenciado mas é preciso repensar esta relação, pois nos últimos três anos os

repasses têm aumentado de valor", conta o coordenador geral de Política Regional do Ipea, Antônio Carlos Galvão.

De acordo com Galvão, que coordena uma análise sobre os gastos regionais do Governo Federal, em 1995 os repasses para o DF somavam R\$ 1 bilhão. "Eles crescem ano após ano e hoje estão em torno de R\$ 1,8 bilhão. Com a crise fiscal do estado, em algum momento podem vir a ficar comprometidos", afirma.

Para o secretário de Indús-

tria e Comércio do DF, Antônio Augusto Huebel Rebello, a autonomia financeira só virá com a execução de um projeto de desenvolvimento econômico não convencional, atraindo empreendimentos sem prejudicar o patrimônio histórico e cultural da humanidade. "Este plano de desenvolvimento já está sendo posto em prática, mas não surte efeitos imediatos. Ele casa a concessão de incentivos com a definição da vocação econômica do DF e a distribuição espacial de projetos de estruturação do crescimento econômico", diz.

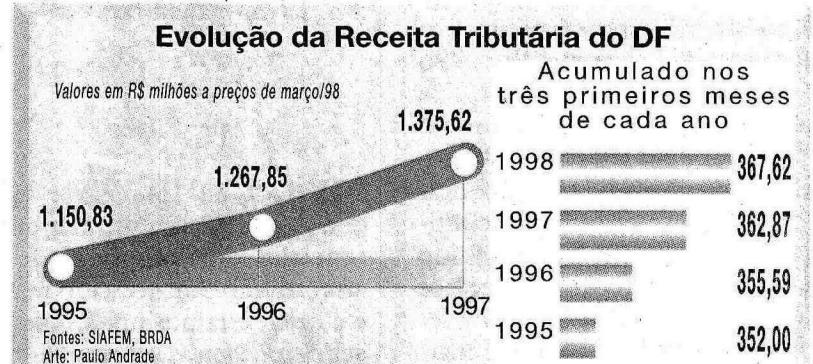
As propostas apoiadas na vocação definida para o DF apontam para o desenvolvimento da indústria do turismo, da prestação de serviços e de atividades alta tecnologia. "Consideramos o desenvolvimento do turismo essencial, porque, além de gerador de empregos, trata-se de uma das poucas atividades no mundo que tende a crescer no futuro", afirma Antônio Rebello.

O suporte deste planejamento é dado por dois projetos estruturantes: o Orla do Lago e o Centro Internacional de Negócios e Eventos de Brasília. O Projeto Orla pretende montar à beira do Lago Paranoá, em dez pólos, um complexo de hotelaria, entretenimento e lazer capaz de atrair e aumentar a permanência do turista no Distrito Federal. "Somente em parcerias do governo, o Orla reúne US\$ 500 milhões. Somando-se os

investimentos da iniciativa privada, este montante chega a US\$ 1 bilhão", afirma o secretário. O Centro Internacional de Negócios e Eventos não será iniciado neste governo. O centro ficaria após o final da Asa Norte, na faixa de 1,2 milhão de m² entre a Ponte do Bragueto e o balão da Granja do Torto.

Outro projeto estruturante do GDF também não implementado é o Complexo Industrial do Porto Seco, localizado

to, ele conta com a intensificação do desenvolvimento de alta tecnologia no cenário econômico do Distrito Federal. O projeto estruturante Setor de Alta Tecnologia I (SAT-I), localizado após a saída Norte de Brasília, na região do Taquari, tem lotes destinados à instalação de empresas voltadas para pesquisa e desenvolvimento de produtos nas áreas de telecomunicações, biotecnologia e produção de energia, por exemplo.



no limite Sul do Distrito Federal na região da divisa com Goiás. "Esperamos relançá-lo até junho deste ano", explica o secretário. O porto serviria de terminal de embarque e despacho, principalmente dos grãos produzidos na região.

Na opinião de Antônio Rebello, Brasília não pode se transformar numa megalópole, apinhada de indústrias de transformação e deve se configurar como uma cidade emergente, especializada na produção de serviços dedicados às demandas da nova ordem mundial. Para tan-

Na visão dele, Brasília tem infra-estrutura também para tornar-se um centro de excelência na prestação de serviços. "Temos mão-de-obra bem qualificada que está deixando o serviço público e pode ser absorvida no mercado de serviços", relata. O projeto estruturante desta ideia é o Desenvolvimento Urbano ao Longo do Metrô. A intenção do secretário é criar centros de prestação de serviços a cada estação do metrô de superfície que está sendo construído em Brasília e já experimenta a fase de testes.